

# Decisão sobre mandato será "sugestão" a constituintes

Janio de Freitas

## A tentativa do dito atentado

Em círculo militar efetivamente convicto de que os integrantes das Forças Armadas devem excluir-se mesmo de qualquer prática política, explícita ou velada, não se encontram dúvidas de que o ataque ao ônibus presidencial, no Rio, foi obra de pequeno grupo de militares extremados que, não suportando a candidatura de Leonel Brizola à Presidência e temendo-lhe o êxito, teriam imaginado feri-la de morte com a responsabilização pelo suposto atentado.

A conclusão daquele círculo de militares partiu de três constatações básicas, feitas ao serem levantados os elementos para análise do episódio. Já a primeira é de eloquência que quase torna dispensáveis as demais: a fisionomia de Jorge Murad, genro e secretário do presidente, é tão pouco conhecida que "ninguém" o identificaria se ele percorresse a pé a avenida Rio Branco, penetrando na própria Brizolândia, ou qualquer rua do centro de São Paulo; foram precisamente a sua e a janela de Sarney, no entanto, as alvejadas com violência que as destruiu. Com tantos passageiros e janelas, a coincidência é inaceitável.

A terceira vidraça quebrada, a do motorista, comprovaria a seleção planejada dos alvos: como nenhum manifestante teria razões para atingir o motorista, sua vidraça foi quebrada para dificultar ou impedir a marcha do ônibus. Com isso, no mínimo estaria assegurado algum tempo para a localização do segundo alvo, que veio a ser Jorge Murad, e para a ação dos alvejadores.

A segunda das constatações básicas foi a de que os serviços de informação militares, como reconheceram até para jornalistas, já sabiam que Sarney, ao se expor no Rio, sujeitava-se a manifestações hostis ditadas pela indignação dos cariocas,

tida como a mais alta do país, com a situação geral. Era fácil, portanto, o aproveitamento daquela visita de Sarney ao Rio para infiltrar na manifestação pública um plano de ação clandestina.

Por fim, o exame das fotos e videoteipes mostra que o alvejamento das janelas não se explica por excesso de desleixo da segurança presidencial. Em diferentes momentos do episódio é notada a presença de seguranças, em atitude tecnicamente correta, ao lado do ônibus e, pelo menos durante certo período em que a manifestação popular já era intensa, exatamente em vigilância sob a janela de Sarney.

A hipótese levantada em área militar do governo, e já divulgada, atribuindo o alvejamento do ônibus ao desejo de uma parte do serviço de segurança de denunciar a ineficácia da outra parte, é tida como algo criado apenas para divulgação. De uma parte, indicaria que a segurança já havia diagnosticado as falhas e, de outra, reserva ao próprio pessoal do "serviço" a competência única para realizar uma operação pública, sob riscos enormes de identificação imediata, e ainda assim sair incólume.

Até onde pretenderiam ir os planejadores do episódio, este é o mistério que o círculo militar aborda com cautela, em torno de duas hipóteses tidas como de iguais probabilidades. Uma, a de que o plano pretenderia um episódio nas dimensões mesmas do que ocorreu, levando o governo a fazer o cerco acusatório a Brizola. Outra, a de que os objetivos não fossem apenas as vidraças, mas as pessoas mesmas, que, se vitimadas, suscitariam torrentes de emoção popular, dirigíveis sem dificuldades contra Brizola. O círculo que fez esta análise tem uma relação de suspeitos.

Da Sucursal de Brasília

Em reunião, onde estavam presentes os líderes do PMDB na Câmara e no Senado, deputado Luiz Henrique (SC) e senador Fernando Henrique Cardoso (SP), o secretário-geral do partido, deputado Milton Reis (MG) e o primeiro-secretário, deputado Euclides Scalco, foi decidido que a definição, pela convenção do PMDB nos próximos dias 18 e 19, do mandato do presidente José Sarney, deverá ser apenas uma "sugestão" aos constituintes.

A proposta foi feita por Milton Reis, sendo acatada pelos outros parlamentares, todos integrantes da Comissão Organizadora da Convenção. Os outros dois membros — os senadores Severo Gomes (SP) e Mário Covas (SP) — não participaram da reunião. Milton Reis argumentou que, se a convenção do PMDB decidir pressionar os constituintes a votar no que for decidido acerca do mandato e do sistema de governo, provocará muitas fraturas. "Todos sabem que muitos integrantes do partido não pretendem acatar a decisão. Isso vai motivar muita



O senador Fernando Henrique Cardoso



O deputado Milton Reis (PMDB-MG)

briga. E atualmente é melhor trabalhar para a unidade do partido do que para a desunião", afirmou.

O senador Fernando Henrique Cardoso disse que concordou com a proposta de Milton Reis porque "ela coincidiu com a que a Executiva do PMDB defende e que chegou a ser discutida na última reunião, na

quarta-feira". Para Fernando Henrique, a "sugestão" funcionará como "pressão, pois o constituinte se sentirá eticamente comprometido com a proposta".

Ao saber do resultado da reunião da Comissão Organizadora da Convenção, o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (BA), que é

contrário à inclusão da discussão do mandato do presidente na convenção, fez apenas um comentário: "Parece que isso é bom. Vou analisar melhor, mas a princípio não tenho nada contra".

No grupo "Centro Democrático" do PMDB, que reúne os "conservadores" do partido, a atuação dos governadores dos Estados no sentido de que o mandato do presidente José Sarney não seja discutido na convenção, tem sido encarada com entusiasmo. Carlos Sant'Anna, Marcos Lima (MG) e Expedito Machado (CE), líderes do grupo, acham que com a entrada dos governadores na questão, dificilmente o tema do mandato será votado. Para eles se os governadores fizerem pressão nos convencionais, eles chegarão a Brasília com uma posição definida e rejeitarão a discussão do mandato.

Para a deputada Cristina Tavares, do grupo "progressista", a discussão do mandato dependerá muito do critério a ser adotado para a votação. "Se aberto, teremos certamente pressão do Palácio do Planalto; se fechado, os convencionais terão maior liberdade", disse.

## Reis diz que voto secreto é apenas sugestão

Da Sucursal de Brasília

O secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), disse ontem que a Executiva do partido não fechou questão em torno do voto secreto para a definição, em convenção nacional, do mandato do presidente José Sarney. "A Executiva não poderia ter tomado essa atitude, pois não tem esse poder. O que houve foi uma sugestão para que, na convenção, o voto seja secreto, para economizar tempo". O próprio Milton Reis é contra o voto secreto. Disse que vai defender o voto aberto, pois esta é a tradição do partido.

O senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte e defensor dos quatro anos para o

presidente José Sarney, disse que não tem preferência por um determinado critério de votação. "Não discuti isso na Executiva. Não inventei isso. Qualquer que seja o critério, para mim está bom. Quero é que o PMDB defina-se sobre a questão. Isso é muito mais importante", afirmou Covas.

O deputado Roberto Cardoso Alves (SP) disse que vai engrossar o movimento dos que defendem o voto aberto. "O homem público não tem o direito de exercer o voto secreto. Deve ter atitudes transparentes. O povo é que precisa do voto secreto para se proteger", afirmou.

A punição aos integrantes do PMDB que não cumprirem o que a convenção do partido decidir, nos

próximos dias 18 e 19, sugerida por Milton Reis, não tem como ser aplicada, mesmo que pedida por alguém. É que o PMDB não tem, no momento, Comissão de Ética para analisar os pedidos. O mandato da última Comissão venceu em março e a direção nacional não renovou nem nomeou outros integrantes.

Desde sua criação, em 1978, o PMDB puniu apenas, com a expulsão, o ex-deputado estadual paulista Jacob Lopes. Além da expulsão, o estatuto do PMDB prevê outras quatro penas, nunca aplicadas: advertência, censura pública, perda do cargo em órgão de direção e suspensão por um período de três a doze meses. Nenhuma destas penas, nem mesmo a expulsão, resulta na perda do mandato parlamentar.

## Covas concorda com as críticas feitas por Cardoso

Da Sucursal de Brasília

O líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas, disse ontem que o líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso, "tem razão quando diz que o PMDB chegou ao limite". Em entrevista exclusiva publicada ontem pela Folha, Fernando Henrique afirmou que "O PMDB já chegou ao seu limite" e que "ou o PMDB vira um novo partido ou é preciso que haja outro partido capaz de fazer mudanças".

As declarações de Fernando Henrique foram criticadas pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (BA), segundo o qual o senador "é um rapaz sempre quietinho. Por isso, quando fala às vezes causa polêmica". Para o deputado Luiz Henrique (SC), ninguém deve deixar o partido.

## Anteprojeto deve ser aprovado hoje

Da Sucursal de Brasília

A Comissão de Sistematização deverá aprovar hoje sem discussões o anteprojeto do relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Um acordo firmado entre os principais partidos acelerou o processo de votação, mas uma nova reunião entre os líderes partidários, marcada para às 11h, tentará demover a resistência do PTB, PDS e PDC em aprovar o texto de Cabral.

Depois de uma reunião de quase duas horas realizada ontem, os líderes adiaram a decisão final para a manhã de hoje. Eles querem ler o parecer formulado às 350 emendas incorporadas ao anteprojeto de Bernardo Cabral. "Como não recebemos o texto da gráfica, não podemos

aprovar nada", disse o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), líder no Senado. Caso se aprove o texto, os 93 integrantes da Comissão de Sistematização votarão, às 15h, o anteprojeto sem discussões.

"Se der certo, tudo bem, senão, caminha-se normalmente", afirmou o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP). Embora a maioria dos partidos aprove a aceleração dos trabalhos, os líderes do PTB, deputado Gastone Righi (SP), do PDS, deputado Amaral Neto (RJ), e do PDC, José Maria Eymael (SP) são contrários. Mesmo assim, eles participaram do encontro desta manhã.

"Nós queremos que a Comissão de Sistematização discuta as emendas e vote", disse Righi. Segundo ele, muitas das emendas que apresentou ao anteprojeto de Bernardo Cabral foram "injustamente" rejeitadas, alegando-se que eram emendas de

mérito (que alteram o conteúdo dos artigos). "Em algumas correntes, está havendo o receio de perder o que já foi conquistado", afirmou o líder do PTB, exigindo que se cumpra a discussão de quatro dias, prevista no calendário da Comissão de Sistematização.

O deputado Amaral Netto deixou a reunião antes do seu término, dizendo que era "totalmente" contra o acordo firmado entre as lideranças. "O líder tem muito pouca valia para falar sobre cada um dos deputados e dos senadores", afirmou Amaral.

"Ganhar tempo, não ganhamos. Mas podemos votar mais rapidamente", disse Covas. Além dos líderes do PMDB, PTB, e PDS, estavam na reunião: o vice-líder do PT, Plínio de Arruda Sampaio (SP), o líder do PCB, Roberto Freire, (PE), o líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), o líder do PSB, Jamil Haddad (RJ) e o vice-líder do PFL, Inocêncio de Oliveira (PE).

## Leitura

### LIVROS

REFLEXÕES SOBRE OS ESTADOS BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIOS, de Guillermo O'Donnell. Vértice. 75 págs. Cr\$ 105,00.

O cientista político argentino Guillermo O'Donnell estuda em seu livro o fenômeno dos regimes autoritários surgidos na América Latina nos anos 60, especialmente os casos de Brasil e Argentina. Segundo o autor, o Estado burocrático-autoritário é um sistema político específico, que não pode ser compreendido através dos conceitos tradicionais de "autoritarismo", "regime militar" e "fascismo". O modelo elaborado por O'Donnell distingue o Estado burocrático-autoritário pelas seguintes características: 1) A cúpula das organizações estatais é formada pela via do sucesso burocrático; 2) exclusão política; 3) exclusão econômica; 4) despolíticação. Segundo o autor, este tipo de Estado surge no contexto do capitalismo periférico, com forte industrialização.

BRASIL-ARGENTINA-URUGUAI: A INTEGRAÇÃO EM DEBATE, de Renato Bauman e Juan Carlos Lerda (orgs.). Marco Zero. 280 págs. Cr\$ 560,00.

O livro é a reunião de oito artigos com o objetivo de analisar a proposta de integração entre Brasil, Argentina e Uruguai, propostas pelos presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney. Segundo os organizadores, os autores, todos do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, centram suas análises nas dificuldades e impasses do processo, em curso, de integração dos três países. Destacam, em suas conclusões, as pressões dos grupos econômicos nacionais na defesa de seus interesses específicos e a estratégia dos países desenvolvidos de negociarem as dívidas dos países devedores "caso a caso", com obstáculos para a integração.

### ARTIGO

A INJUSTIÇA DOS TRIBUNAIS, de Raymond Faoro. Revista Humanidades, Universidade de Brasília. Cr\$ 66,50.

O jurista Raymundo Faoro discute em seu artigo a questão do crime de segurança nacional. Segundo o jurista, este tipo de crime não se identifica com o crime político, conforme pretende o pensamento autoritário. Faoro afirma que o chamado crime de segurança nacional "não passa de um estratagemas para conservar o poder, à custa do silêncio e do medo", fechando o acesso ao poder "às maiorias". O crime político, por sua vez, diz o jurista, "extravasa do âmbito político".

### BIBLIOTECA BÁSICA

HISTÓRIA DE FLORENÇA, de Nicolau Maquiavel. Edições Algoranda (Espanha). 501 págs.

O objetivo do pensador político Nicolau Maquiavel é escrever a história de Florença, desde as suas origens até 1525, ano em que terminou a sua redação. Maquiavel mostra ao longo da história de sua cidade a presença irredutível da divisão e da luta no interior da sociedade. Sua história de Florença é a narrativa deste combate, que opõe primeiro nobres e plebeus e depois "grandes" e "popolo minuto", após a perda de poder da aristocracia. No livro, o leitor encontra a reafirmação dos princípios políticos elaborados em "O Príncipe" e nos "Discursos sobre as Primeiras Décadas de Tito Lívio", as suas obras principais. (Artur Ribeiro Neto)

Esta coluna publica semanalmente os principais lançamentos de Ciência Política. Indica também artigos de revistas especializadas, teses acadêmicas e livros básicos sobre política.

## Golbery tem quadro clínico estável, diz boletim médico

Da Reportagem Local

O general da reserva Golbery do Couto e Silva, 76, internado desde quarta-feira no hospital Sirio-Libanês, no bairro da Bela Vista (zona central de São Paulo), com hemorragia digestiva baixa, apresenta um quadro clínico "estável, com evolução favorável até o momento", segundo boletim assinado pelo médico Emílio Mattar e divulgado pelo hospital às 12h de ontem. O general foi ministro-chefe do gabinete civil da Presidência da República nos governos Ernesto Geisel (1974-79) e João Baptista Figueiredo (1979-81).

Golbery está com hemorragia desde o último dia 2, quando foi

internado no Hospital das Forças Armadas de Brasília. Segundo Emílio Mattar, professor de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e responsável pelo caso, as condições em que o ex-ministro chegou ao Sirio-Libanês — com febre, pressão alterada e perdendo sangue — impediram o prosseguimento dos exames necessários à investigação da causa da hemorragia.

O médico afirma que Golbery "está consciente e já andou pelo quarto". "O problema é que, na idade dele, a gente precisa ser muito prudente", diz Mattar. A hemorragia, segundo ele, está "quase estancada e deverá cessar dentro de dois ou três dias".

## Ulysses rejeita a proposta de escala para as discussões

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), recusou ontem o pedido feito pelo deputado Plínio Sampaio (PT-SP), de se organizar uma ordem-do-dia para as discussões em plenário. Plínio, porém, afirmou que vai pedir a Ulysses para reconsiderar sua resposta, uma vez que, na carta em que este comunicou sua negativa, não fez objeções quanto ao mérito da proposta, dizendo apenas que a rejeitava por motivos regimentais.

Pela proposta de Plínio, haveria um calendário estabelecendo previamente os temas a serem discutidos a cada dia. O deputado petista conta, a favor de sua sugestão, com as assinaturas de apoio que vem colhendo entre os constituintes. Segundo Plínio, 45 dos 94 membros da Comissão de Sistematização já assinaram o documento.

Ulysses encaminhou ontem à mesa do Congresso constituinte memorando em que determina que as inscrições de oradores em plenário terão início no dia 14, terça-feira.

## Advogados no RS divulgam 'Carta de Porto Alegre'

Da Sucursal de Porto Alegre

Os advogados que participaram do 8.º Congresso Brasileiro do Direito Constitucional, iniciado na última terça-feira, divulgaram ontem a "Carta de Porto Alegre", com as conclusões do encontro. Eles pedem ao Congresso constituinte que "sejam o mais rapidamente tomadas medidas de molde a fazer com que as futuras discussões de plenário possam ser levadas a efeito, a partir de um texto com reais possibilidades de impor-se como Constituição". Para os participantes, "o desenvolvimento dos trabalhos constituintes não correspondeu às expectativas".

Na carta, os advogados expressam "temor quanto ao bom êxito dos trabalhos" no Congresso constituinte, tendo em vista, entre outras coisas, o "caráter prolixo desenfreadamente incoerente na reprodução de centenas de artigos, mesclando assuntos de mais alta natureza com outros de índole paroquial".



Leonel Brizola abre o congresso do PDT no auditório do Senado, em Brasília

## Brizola abre em Brasília o congresso socialista do PDT

Da Sucursal de Brasília

O ex-governador do Rio e presidente do PDT, Leonel Brizola, abriu na manhã de ontem o 1.º Congresso Brasileiro de Socialismo Democrático (denominação do congresso do PDT), no auditório Petróleo Portela, no Senado. Participaram da solenidade os representantes da ala "esquerda" do PMDB, deputado Fernando Lyra (PE); do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA); do PT, deputado José Genoíno (SP), e o ex-dirigente do PCB Luiz Carlos Prestes. Cerca de 500 pessoas estiveram presentes na reunião para traçar a estratégia do PDT na Constituinte.

O líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro, afirmou, em discurso, que somente a união das forças "progressistas" poderá afirmar o papel do Congresso constituinte na realização da última fase da transição para a democracia. Brandão Monteiro disse também que os parlamentares devem enfrentar

"as forças antidemocráticas" que dentro e fora do Congresso constituinte "resistem à transição para a democracia".

A reunião do PDT que deverá terminar na segunda-feira, foi organizada em comissões "a exemplo das comissões temáticas" do Congresso constituinte. Porém, uma das comissões dos pedetistas, são dez ao todo, tem o título "Processo de transição, democratização e eleições diretas para a Presidência da República".

Em uma pasta entregue aos delegados do Congresso, foi distribuído um texto sobre a necessidade de um pacto político para garantir a transição. Um dos itens do pacto seria a definição de um prazo para completar a transição, promulgar a nova Constituição e realizar eleição direta para a Presidência da República. O texto, sem nome do autor, é uma transcrição do relatório final do Seminário sobre a transição realizada pela Universidade de São Paulo (USP), a pedido do presidente José Sarney.

CNBB - A Comissão de Acompanhamento da Constituinte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou ontem, em Brasília, um boletim em que defende a realização de um "pacto político" que não se restrinja apenas às lideranças políticas, mas "que envolva todo o Congresso constituinte a serviço do bem maior do povo".

Caso Leme - Com um ato público a ser celebrado hoje, às 11h, em frente à Igreja Matriz de Leme (SP), partidos políticos, sindicatos de trabalhadores rurais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Sem-Terra lembrarão o primeiro aniversário da morte da empregada doméstica Sibely Aparecida Manoel e do cortador de cana Orlando Correira, ocorrida em 11 de julho do ano passado, durante confronto ocorrido, naquele município, entre policiais militares e lavradores grevistas. Sibely e Orlando foram atingidos por balas calibre 38 disparadas por policiais ainda não identificados.

D. Aloisio - O cardeal-arcebispo de Fortaleza (CE), d. Aloisio Lorscheider, 63, foi internado na última quinta-feira no hospital Cura Dar's, da própria arquidiocese. Após sentir tonturas e dores no peito, d. Aloisio foi submetido a uma série de exames radiográficos e de sangue, acompanhados pelo cardiologista Odimar Ximenes, que informou ter constatado apenas um problema de gastrite. O cardeal deverá permanecer quinze dias em repouso médico.

PFL - O presidente do PFL, senador Marco Maciel, 47, reuniu em sua casa em Brasília, na noite de quinta-feira, os cinco ministros pefelistas, os líderes do partido na Câmara e no Senado e membros da Comissão Executiva Nacional da legenda, para discutir os contatos que vem mantendo com todos os segmentos políticos em Brasília. O ministro da Educação, Jorge Bornhausen, defendeu a tese de que o partido deve atrair para suas fileiras novas lideranças, para a estruturação do PFL em âmbito nacional.